

Para Ulysses, cinco anos só serão aprovados com Parlamentarismo

BRASÍLIA — O Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, está convencido de que somente com a aceitação do sistema parlamentarista de governo a tese de um mandato de cinco anos para o Presidente da República tem chances de ser aprovada na convenção nacional que o partido que realiza no próximo fim de semana. Ele autorizou políticos de sua confiança a desenvolverem um trabalho de convencimento dessa proposta junto às principais lideranças do partido que insistem num mandato de quatro anos.

Um levantamento informal de tendências sobre a duração do mandato presidencial levou o Presidente do PMDB a concluir que a preferência dos convencionais recai sobre os quatro anos. Mas, caso se consiga fazer prevalecer a idéia de que o tempo de mandato dentro de uma forma de Governo parlamentarista é irrelevante, os cinco anos passam a ter suas possibilidades de aprovação aumentadas.

Ontem, Ulysses Guimarães almoçou em sua residência com o Governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco; o Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães; o Senador Severo Gomes (PMDB-SP) e o Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), para analisar as implicações de um possível adiamento da decisão do partido sobre o sistema de Governo e a duração do mandato presidencial.

Tanto Ulysses quanto Severo Gomes e Egidio Ferreira Lima ponderaram que a omissão do PMDB sobre temas como sistema de governo e duração do mandato será prejudicial ao partido, uma vez que a convenção foi convocada principalmente para tirar uma posição sobre os temas polêmicos. Moreira Franco defendeu o adiamento, alegando que é necessário um período de tempo maior antes da decisão, para permitir o aparecimento dos resultados do Plano Bresser e o Ministro da Previdência mostrou-se reticente.

A idéia de Ulysses é colocar em votação, na convenção, os dois sistemas de governo — presidencialista e parlamentarista — em sua forma pura. Ou seja: não pretende colocar um sistema misto como alternativa. Os convencionais, contudo, não deverão votar um modelo de sistema de Governo, o que será feito pelos constituintes. Essa abertura deixará aos "moderados", que defendem um parlamentarismo mitigado, que permita ao Presidente da República amplos poderes, a possibilidade de negociações com o Constituinte.